

# SUMÁRIO

## PARTE I TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO E NORMAS GERAIS

<b>Capítulo 1 ► Teoria Geral da Execução e o Código de Processo Civil Brasileiro de 2015....</b>	<b>29</b>
<i>Guilherme Luis Quaresma Batista Santos</i>	
1. INTRODUÇÃO AO TEMA .....	29
2. DIREITO PROCESSUAL, TEORIA GERAL DO PROCESSO E TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO.....	30
3. CONCEITO DE EXECUÇÃO CIVIL EM SENTIDO LATO .....	32
4. A NECESSIDADE PERMANENTE DE MUDANÇAS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....	34
5. ESTRUTURA DA EXECUÇÃO EM SENTIDO LATO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	35
6. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EXECUÇÃO CIVIL .....	37
7. PRINCÍPIOS NORTEADORES ESPECÍFICOS DA EXECUÇÃO CIVIL .....	39
8. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	45
9. CLASSIFICAÇÕES DA EXECUÇÃO CIVIL .....	47
10. CONCLUSÕES SOBRE O TEMA .....	50
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
<b>Capítulo 2 ► Reforma e Efetividade da Execução no Novo CPC.....</b>	<b>53</b>
<i>Bruno Marzullo Zaroni</i> <i>Edilson Vitorelli</i>	
1. INTRODUÇÃO: QUAL É O PROBLEMA DA EXECUÇÃO? .....	53
2. O IMPACTO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL NA EXECUÇÃO.....	59
2.1. O DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA.....	60
2.2. A ATIPICIDADE DOS MEIOS EXECUTIVOS E O DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA .....	65
2.3. DEMAIS NORMAS GERAIS APLICÁVEIS À EXECUÇÃO .....	68
3. PANORAMA GERAL DAS REFORMAS NO PROCEDIMENTO EXECUTIVO.....	72
4. CONCLUSÕES CRÍTICAS.....	78
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
<b>Capítulo 3 ► Notas sobre as Influências do Casamento no Processo de Execução.....</b>	<b>83</b>
<i>Leonardo Carneiro da Cunha</i> <i>Ravi Peixoto</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	83

2. REFLEXOS DO CASAMENTO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....	84
3. NOTAS SOBRE O BEM DE FAMÍLIA .....	90
4. CONCLUSÃO .....	96
<b>Capítulo 4 ► Execução e Responsabilidade Patrimonial no CPC/2015 .....</b>	<b>97</b>
<i>Gelson Amaro de Souza</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	97
2. DEVEDOR.....	98
3. RESPONSÁVEL SEM SER DEVEDOR .....	98
4. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 789, DO CPC/2015.....	99
5. RESTRIÇÕES À RESPONSABILIDADE .....	99
6. BENS DO PASSADO.....	100
7. BENS SUJEITOS À EXECUÇÃO .....	101
7.1. BENS DO SUCESSOR .....	101
7.2. BENS DOS SÓCIOS DE SOCIEDADE.....	101
7.3. BENS DO DEVEDOR EM PODER DE TERCEIROS .....	102
7.4. BENS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO.....	102
7.5. ALIENADOS OU GRAVADOS EM FRAUDE À EXECUÇÃO .....	102
7.6. BENS DE TERCEIROS ADQUIRIDOS EM FRAUDE AO CREDOR .....	103
7.7. BENS ADQUIRIDOS PELO DEVEDOR EM FRAUDE À EXECUÇÃO OU CONTRA CREDOR .....	105
8. BEM DADO EM GARANTIA.....	106
8.1. DIFERENÇA ENTRE EXEQÜENTE E CREDOR .....	107
8.2. COISA DO DEVEDOR .....	107
8.3. PROIBIÇÃO DE EXECUÇÃO SOBRE OUTROS BENS.....	107
9. FIADOR E EXECUÇÃO.....	108
9.1. FIADOR E O DIREITO AO BENEFÍCIO DE ORDEM (RELATIVIDADE).....	109
9.2. DIREITO DE SUB-ROGAÇÃO DO FIADOR .....	109
9.3. RENUNCIA AO BENEFÍCIO DE ORDEM.....	110
10. EXECUÇÃO E ADMINISTRADOR DE SOCIEDADE.....	110
10.1. SÓCIO E BENEFÍCIO DE ORDEM.....	111
10.2. BENEFÍCIO DE ORDEM SOB CONDIÇÃO.....	111
10.3. SÓCIO E DIREITO DE SUB-ROGAÇÃO .....	112
11. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	112
11.1. PROCEDIMENTO DA DESCONSIDERAÇÃO .....	112
11.2. PROCESSO PRÓPRIO .....	113

## SUMÁRIO

11.3. PROCESSO INCIDENTAL E PROCESSO PRINCIPAL .....	113
11.4. SUSPENSÃO DO PROCESSO PRINCIPAL .....	113
12. O ESPÓLIO E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....	114
13. OS HERDEIROS E A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....	114
13.1. DÍVIDA PESSOAL DO FALECIDO .....	115
13.2. DÍVIDA PESSOAL DE HERDEIROS.....	116
14. CONCLUSÕES.....	117
15. REFERÊNCIAS .....	117
<b>Capítulo 5 ► Subsídios para uma Teoria da Execução Forçada: Breve Crítica Analítica à Expressão Execução Indireta .....</b>	<b>121</b>
<i>Roberto P. Campos Gouveia Filho</i>	
1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS .....	121
2. A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS: PREMISSAS NECESSÁRIAS .....	123
2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	123
2.2. PRIMEIRAS PREMISSAS NECESSÁRIAS: O DIREITO COMO SITUAÇÃO JURÍDICA RELACIONADA A UM FIM SOCIAL E SUA REALIZAÇÃO COMO MOMENTO JURÍDICO DE CONSUMAÇÃO DE TAL FIM.....	123
2.3. SEGUNDA PREMISSA NECESSÁRIA: DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS PRESTACIONAIS E DIREITOS POTESTATIVOS.....	124
2.4. ÚLTIMA PREMISSA NECESSÁRIA: A EXECUÇÃO FORÇADA <i>LATO SENSU</i> COMO ESPÉCIE DE REALIZAÇÃO DE DIREITOS PRESTACIONAIS .....	126
3. POSIÇÃO ADOTADA: EXECUÇÃO INDIRETA COMO FALSA EXECUÇÃO.....	127
4. PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO .....	131
5. BIBLIOGRAFIA.....	131
<b>Capítulo 6 ► Fraude de Execução <i>in re ipsa</i> .....</b>	<b>133</b>
<i>M. Y. Minami</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	133
2. DA FRAUDE CONTRA CREDORES .....	134
2.1. ELEMENTOS DA FRAUDE CONTRA CREDORES .....	134
2.2. DO TERCEIRO ADQUIRENTE NA FRAUDE CONTRA CREDORES .....	135
3. DA FRAUDE DE EXECUÇÃO .....	135
3.1. ELEMENTOS DA FRAUDE DE EXECUÇÃO .....	135
3.2. DOS PREJUDICADOS NA FRAUDE DE EXECUÇÃO .....	140

3.3. DO TERCEIRO ADQUIRENTE NA FRAUDE DE EXECUÇÃO .....	140
3.4. DA DESNECESSIDADE DE PROVA DE MÁ-FÉ PARA A CONFIGURAÇÃO DA FRAUDE .....	142
4. CONCLUSÕES.....	143
5. REFERÊNCIAS .....	144
<b>Capítulo 7 ► O CPC/2015 – Procedimento na Fraude à Execução .....</b>	<b>145</b>
<i>Gelson Amaro de Souza</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	145
2. PROCEDIMENTO .....	146
3. DEVIDO PROCEDIMENTO LEGAL .....	147
4. FRAUDE À EXECUÇÃO NO CPC/2015 .....	148
5. PROCEDIMENTO PARA ARGUIÇÃO DE FRAUDE .....	149
5.1. PRAZO PARA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO.....	150
5.2. MOMENTO DO RECONHECIMENTO DA FRAUDE .....	153
5.3. ÔNUS DA PROVA .....	155
5.4. PREJUDICIALIDADE ENTRE AÇÃO PENAL E AÇÃO CÍVEL .....	158
5.5. CONCURSO DE VONTADES E A PREJUDICIALIDADE.....	163
6. CONCLUSÕES .....	164
7. REFERÊNCIAS .....	166
<b>Capítulo 8 ► A Tutela Específica no Novo CPC .....</b>	<b>169</b>
<i>Antônio Pereira Gaio Júnior</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	169
2. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA ORGANICIDADE .....	170
3. TUTELA ESPECÍFICA E SUA REGULAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	172
3.1. JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA.....	173
3.2. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER.....	176
3.3. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	183
4. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ESPECÍFICA .....	184
5. A TUTELA INIBITÓRIA .....	186
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	190

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	190
<b>Capítulo 9 ► Medidas sub-rogorias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015 .....</b>	<b>193</b>
<i>Edilton Meireles</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	193
2. ATIVIDADE SUBSTITUTIVA.....	194
3. MEDIDAS SUB-ROGORIAS.....	195
4. MEDIDAS COERCITIVAS.....	197
5. MEDIDAS MANDAMENTAIS.....	200
6. MEDIDAS INDUTIVAS.....	201
7. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA .....	205
8. CONCLUSÃO .....	206
9. REFERÊNCIAS.....	206
<b>Capítulo 10 ► Tutela Específica das Obrigações de fazer e não fazer no Novo CPC: Primeiras Observações.....</b>	<b>209</b>
<i>Diego Martinez Ferverza Cantoario</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	209
2. TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER E DIREITO À EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	210
3. PROCEDIMENTOS .....	213
3.1. PROCEDIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REFERENTE ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA.....	214
3.2. PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	218
3.3. DEFESA DO EXECUTADO NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E NA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	218
4. MEIOS COERCITIVOS.....	221
4.1. PROTESTO DO TÍTULO EXECUTIVO .....	223
4.2. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES (NCPC, ART. 782, § 3º).....	225
4.3. PRISÃO DECORRENTE DE CRIME DE DESOBEDIÊNCIA.....	226
4.4. PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DA CLÁUSULA GERAL DE ATIPICIDADE DOS MEIOS EXECUTIVOS NA TUTELA JURISDICIONAL ESPECÍFICA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	228
4.5. MULTA COERCITIVA.....	231
5. CONCLUSÃO .....	238

<b>Capítulo 11 ► Tutela Inibitória no Novo CPC.....</b>	<b>241</b>
<i>Bruno Marzullo Zaroni</i>	
<i>Paula Pessoa Pereira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	241
2. FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS DA TUTELA INIBITÓRIA.....	242
2.1. PRESSUPOSTOS: A NECESSIDADE DE DISTINÇÃO ENTRE ILÍCITO E DANO.....	249
3. AS MODALIDADES DE TUTELA: INIBITÓRIA E REMOÇÃO DO ILÍCITO.....	253
4. O PROBLEMA DA PROVA DA AMEAÇA DO ILÍCITO NA TUTELA INIBITÓRIA.....	255
5. TÉCNICAS PROCESSUAIS DE EFETIVAÇÃO DA TUTELA INIBITÓRIA.....	259
6. EFEITOS DA SENTENÇA E QUESTÕES CORRELATAS.....	263
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	269
<b>CAPÍTULO 12 ► Algumas questões sobre as astreintes e seu regramento no novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>271</b>
<i>Diego Henrique Nobre de Oliveira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	271
2. DA NATUREZA DAS ASTREINTES.....	272
2.1. DO CARÁTER COERCITIVO E NÃO PUNITIVO.....	273
2.2. DA AUSÊNCIA DE CARÁTER RESSARCITÓRIO.....	275
2.3. CARÁTER ACESSÓRIO DAS ASTREINTES.....	277
3. INICIATIVA.....	279
4. FIXAÇÃO EM SEDE DE LIMINAR OU DECISÃO FINAL, NA FASE DE CONHECIMENTO OU DE EXECUÇÃO, E NAS DIVERSAS ESPÉCIES DE PROCEDIMENTO.....	280
5. PROPORCIONALIDADE.....	281
6. PERIODICIDADE.....	282
7. MARCO INICIAL E FINAL DE INCIDÊNCIA.....	283
8. DEFINIÇÃO DO VALOR.....	287
9. ALTERAÇÃO DO VALOR E DA PERIODICIDADE DURANTE A INCIDÊNCIA.....	289
10. EXECUÇÃO DO CRÉDITO DECORRENTE DAS ASTREINTES.....	291
11. CONCLUSÃO.....	296
12. REFERÊNCIAS.....	296
<b>Capítulo 13 ► A Promessa de Recompensa Judicial e o Novo CPC.....</b>	<b>299</b>
<i>Fredie Didier Jr.</i>	
<i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>	

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	299
2. A PROMESSA DE RECOMPENSA COMO NEGÓCIO JURÍDICO UNILATERAL .....	300
3. A ATIPICIDADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS UNILATERAIS.....	302
4. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS .....	305
5. A CLÁUSULA GERAL DE EFETIVAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL (ART. 536, § 1º, CPC/15).....	307
6. A PROMESSA DE RECOMPENSA JUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO .....	310

**Capítulo 14 ► Breves Apontamentos sobre a Generalização das Medidas de Efetivação no CPC/2015 – do Processo para além da Decisão .....** **315**

*M. Y. Minami*

1. INTRODUÇÃO.....	315
2. DAS MEDIDAS DE EFETIVAÇÃO .....	316
3. REFERÊNCIAS .....	328

**Capítulo 15 ► Uma Revisita ao Tema da Prescrição Intercorrente no Âmbito do Processo Civil com Ênfase no Novo CPC.....** **331**

*Arlete Inês Aurelli*

1. INTRODUÇÃO.....	331
2. NOÇÕES GERAIS – CONCEITO DE PRESCRIÇÃO .....	332
3. CONCLUSÃO .....	345
4. BIBLIOGRAFIA.....	345

## PARTE II CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS

**Capítulo 1 ► Liquidação de Sentença: Breve Ensaio a Partir do CPC/15 .....** **349**

*Rodrigo Mazzei*

1. INTRODUÇÃO.....	350
2. ESPÉCIES DE LIQUIDAÇÃO.....	351
2.1. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO (ART. 509, I).....	351
2.2. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS (ART. 509, II).....	356
2.3. APURAÇÃO POR SIMPLES CÁLCULO.....	359
3. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NOS CASOS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E DE ENTREGA DE COISA. ....	360
4. MANUTENÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE LIQUIDAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	361

5. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO ÂMBITO DO PROCESSO TRABALHISTA .....	362
6. LIQUIDAÇÃO NO PROCESSO COLETIVO .....	364
7. LEGITIMIDADE .....	367
7.1. LIMITAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....	367
8. POSSIBILIDADE DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA SIMULTÂNEO. ....	367
9. PRINCÍPIO DA FIDELIDADE E A SÚMULA 344 DO STJ.....	368
9.1. CAPÍTULOS DECISÓRIOS IMPLÍCITOS .....	369
10. ALEGAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS. ....	370
11. RECURSO CABÍVEL.....	370
12. LIQUIDAÇÃO NA PENDÊNCIA DO JULGAMENTO DO RECURSO .....	371
12.1. LIQUIDAÇÃO NA PENDÊNCIA DO JULGAMENTO DO RECURSO NÃO SE CONFUNDE COM 'EXECUÇÃO PROVISÓRIA' (CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA).....	371
12.2. DECISÃO COM CAPÍTULOS LÍQUIDOS E ILÍQUIDOS .....	371
12.3. PEÇAS QUE DEVEM INSTRUIR A LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA.....	372
12.4. CONJUGAÇÃO COM A HIPOTECA JUDICIÁRIA .....	372
13. QUADRO COMPARATIVO .....	373
<b>Capítulo 2 ► O tratamento dispensado pelo NCPC à responsabilidade objetiva no cumprimento provisório de sentença .....</b>	<b>377</b>
<i>Cristiane Druve Tavares Fagundes</i>	
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS .....	377
2. NOÇÕES GERAIS ACERCA DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	378
3. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EXEQUENTE .....	383
4. PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DOS DANOS .....	391
5. BIBLIOGRAFIA.....	394
<b>Capítulo 3 ► Execução da Parte Incontroversa no Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>397</b>
<i>Weber Luiz de Oliveira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	397
2. PROCESSO DE EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – ASPECTOS GERAIS.....	398
3. EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA .....	405
4. EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA .....	409
5. EXECUÇÃO DA PARTE INCONTROVERSA .....	413
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	421
7. REFERÊNCIAS .....	421



<b>Capítulo 4 ► A Execução da Sentença de Improcedência Diante do NCPD.....</b>	<b>425</b>
<i>Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	425
2. RAZÕES HISTÓRICAS DA INEXEQUIBILIDADE DAS SENTENÇAS DECLARATÓRIAS.....	426
3. A DUPLICIDADE POR CONTRARIEDADE DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS NEGATIVAS E A EXEQUIBILIDADE DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA .....	430
4. CONCLUSÕES.....	435
5. REFERÊNCIAS .....	436
<b>Capítulo 5 ► Executividade das Sentenças de Improcedência em Ações Declaratórias Negativas.....</b>	<b>439</b>
<i>Teori Albino Zavascki</i>	
1. INTRODUÇÃO AO TEMA .....	439
2. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 475-N, I DO CPC .....	440
3. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA EM AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA .....	441
4. DEVER DE PRESTAR COMO INERENTE À RELAÇÃO JURÍDICA .....	442
5. A TUTELA DA POSIÇÃO JURÍDICA DO DEMANDADO COMO DECORRÊNCIA NATURAL DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, INDEPENDENTEMENTE DE RECONVENÇÃO.....	444
6. CONCLUSÃO.....	445
<b>Capítulo 6 ► As Eficácias das Decisões Judiciais e o Cumprimento de Sentença no CPC/2015 .....</b>	<b>447</b>
<i>Lucas Buriel de Macêdo</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	447
2. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO CPC/2015.....	448
3. EFICÁCIAS DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	450
4. DECISÕES SATISFATIVAS E FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	453
5. EFICÁCIA DAS SENTENÇAS E EXEQUIBILIDADE .....	455
6. PRETENSÃO À EXECUÇÃO DA SENTENÇA.....	458
7. DIREITO FUNDAMENTAL À EXECUÇÃO DA SENTENÇA.....	460
8. CONCLUSÕES .....	461

### PARTE III DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

<b>Capítulo 1 ► Breves Comentários sobre o Título Executivo Extrajudicial no CPC/15.....</b>	<b>465</b>
<i>Rennan Faria Krüger Thamy</i> <i>Vinícius Ferreira de Andrade</i>	

1. BREVE PANORAMA SOBRE A TUTELA EXECUTIVA .....	465
2. ESTRUTURA DA TUTELA EXECUTIVA NO CPC/15 .....	468
3. PRINCÍPIOS DA TUTELA EXECUTIVA EXTRAJUDICIAL NO CPC/15 .....	469
3.1. PRINCÍPIO DA NULLA EXECUTIO SINE TITULO: DO CPC/73 AO CPC/15 .....	470
3.2. PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE .....	473
4. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS NO CPC/15.....	475
4.1. TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS NO CPC/15.....	476
5. REQUISITOS DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	480
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	481

## PARTE IV

### A EFETIVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA

<b>Capítulo 1 ► A evolução da tutela executiva da obrigação de pagar quantia certa: do Código de Processo Civil de 1973 ao de 2015.....</b>	<b>485</b>
<i>Benedito Cerezo Pereira Filho</i>	
1. DE MINIRREFORMA A UM CÓDIGO NOVO: A BUSCA PELA EFETIVIDADE .....	485
2. NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR: JURISDIÇÃO E PENSAMENTO CRÍTICO.....	491
3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: ÂMBITO CONCEITUAL E ESFERA DE ATUAÇÃO .....	496
4. PRIMEIRA GRANDE CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVIDADE DO PROCESSO: QUEBRA DA ORDINARIEDADE DO CÓDIGO DE 1973 PELAS TUTELAS DIFERENCIADAS.....	498
5. UM NOVO CÓDIGO, UMA NOVA DOCTRINA E UMA NOVA JURISPRUDÊNCIA.....	500
5.1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....	501
6. A IMPORTÂNCIA DA TUTELA EXECUTIVA PARA A EFETIVIDADE DO PROCESSO: CORRELAÇÃO ENTRE MATERIALIDADE NORMATIVA (SISTEMA JURÍDICO) E PROCESSO CIVIL.....	503
6.1. CÂNONE POSITIVISTA DA EFETIVIDADE: REALIZAÇÃO NORMATIVA E JURISDICIONAL .....	505
6.2. LÓGICA ENTRE MATERIALIDADE DO DIREITO E PROCESSO: LIMITES E CRIAÇÃO .....	509
7. AS ASTREINTES: POSSIBILIDADE DO USO DA MULTA NA TUTELA EXECUTIVA POR SOMA.....	513
8. CONCLUSÕES .....	515
9. REFERÊNCIAS .....	518
<b>Capítulo 2 ► A efetivação do crédito e os cadastros de inadimplentes no Novo Código de Processo Civil: breves notas.....</b>	<b>521</b>
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</i> <i>Larissa Clare Pochmann da Silva</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	521

## SUMÁRIO

2. UM PANORAMA COMPARATIVO DA EXECUÇÃO À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	522
3. OS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO .....	525
4. A EFETIVAÇÃO DO CRÉDITO DURANTE A EXECUÇÃO E OS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, DURANTE A VIGÊNCIA DO CPC/73.....	527
5. A PREVISÃO, CONTIDA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DE INCLUSÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO COMO MEDIDA COERCITIVA PARA O FORTALECIMENTO DA EXECUÇÃO.....	531
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	532
<b>Capítulo 3 ► O CPC de 2015 e a Aplicação de Multa Moratória e Honorários Advocatícios no Cumprimento Provisório de Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa.....</b>	<b>535</b>
<i>Lúcio Grassi de Gouveia</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	535
2. O CPC/1973 EM SUA REDAÇÃO ATUAL E A IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA MULTA MORATÓRIA DO ART. 475-J E DA EXIGÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	537
3. O CPC/2015 E A POSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DA MULTA MORATÓRIA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	542
4. CONCLUSÕES.....	545
5. REFERÊNCIAS .....	545
<b>Capítulo 4 ► Atipicidade dos Meios Executivos na Efetivação das Decisões que Reconheçam o Dever de Pagar Quantia no Novo CPC.....</b>	<b>547</b>
<i>Ricardo Alexandre da Silva</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	547
2. FRACIONAMENTO DO MÉRITO E CUMPRIMENTO POR EXECUÇÃO .....	549
3. NATUREZA DO PROVIMENTO JURISDICIONAL QUE “RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE PAGAR QUANTIA” .....	554
4. ART. 139, INC. IV DO NCPC E ATIPICIDADE NA TUTELA DAS OBRIGAÇÕES AO PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA .....	563
5. CUMPRIMENTO POR EXECUÇÃO E MULTA CONDENATÓRIA.....	567
6. CONCLUSÕES .....	570
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	571

<b>Capítulo 5 ► Notas sobre a Possibilidade de Pagamento Parcelado na Execução Extrajudicial: Principais Mudanças entre o Art. 745-A do CPC Revogado em Relação ao Art. 916 do CPC/15 .....</b>	<b>573</b>
<i>Rodrigo Mazzei</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	573
2. A NATUREZA BIFRONTE DO DISPOSITIVO .....	575
3. CONTRADITÓRIO: MANIFESTAÇÃO DO EXEQUENTE (CONTEÚDO E ALCANCE).....	577
3.1. A MANIFESTAÇÃO DO EXECUTADO E SEUS EFEITOS .....	581
3.2. DEPÓSITO PRÉVIO (PARCELA DE ENTRADA).....	582
3.3. PARCELAS POSTERIORES AO DEPÓSITO.....	582
3.4. INADIMPLÊNCIA DO PARCELAMENTO.....	583
3.5. RENÚNCIA DOS EMBARGOS. ....	584
3.6. HONORÁRIOS.....	584
3.7. FORMA PROCESSUAL ADEQUADA.....	585
3.8. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM CASO DE CUMULAÇÃO DE EXECUÇÕES.....	585
3.9. EMBARGOS ÀS EXECUÇÕES PARCIAIS: EXCESSO DE EXECUÇÃO (ART. 917, § 3º).....	586
3.10. LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS PELO EXEQUENTE.....	586
4. A DECISÃO DO JUIZ. ....	587
5. INAPLICABILIDADE NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	588
6. APLICABILIDADE À AÇÃO MONITÓRIA.....	588
7. APLICAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	589
8. RECEPÇÃO NO ÂMBITO DAS EXECUÇÕES FISCAIS.....	589
9. BREVE FECHAMENTO.....	591
<b>Capítulo 6 ► Execução de Alimentos: do CPC/73 ao Novo CPC .....</b>	<b>593</b>
<i>Fernanda Tartuce</i>	
<i>Luiz Dellore</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	593
2. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS NO CPC/73 .....	595
3. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS APÓS A REFORMA DA LEI 11.232/2005.....	596
4. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS NO NOVO CPC. ....	599
4.1. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE ALIMENTOS. ....	600
4.2. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL QUE FIXA ALIMENTOS. ....	605
5. CONCLUSÕES .....	609
6. BIBLIOGRAFIA.....	610

<b>Capítulo 7 ► Impenhorabilidade de Bens no CPC/2015 e as Hipóteses da Remuneração do Executado e do Imóvel Residencial .....</b>	<b>613</b>
<i>Bruno Garcia Redondo</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	613
2. IMPENHORABILIDADE NO TEXTO ORIGINAL DO CÓDIGO DE 1973 E NA LEI 8.009/1990 .....	614
3. IMPENHORABILIDADE NAS REFORMAS DO CPC DE 1973.....	615
4. ENTENDIMENTO FAVORÁVEL À MITIGAÇÃO DAS REGRAS DE IMPENHORABILIDADE AINDA DURANTE A VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE 1973 .....	615
5. DOS PROJETOS DE NOVO CPC AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: A TÍMIDA RELATIVIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DA REMUNERAÇÃO E A INDEVIDA OMISSÃO SOBRE O IMÓVEL RESIDENCIAL DE ELEVADO VALOR .....	618
6. DESVANTAGENS DA ESTIPULAÇÃO DE ALÇADAS FIXAS DE IMPENHORABILIDADE.....	621
7. ADEQUADA INTERPRETAÇÃO DAS IMPENHORABILIDADES DA REMUNERAÇÃO E DOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS .....	622
8. CONCLUSÃO .....	623
9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	624
<b>Capítulo 8 ► Breves Notas Sobre a Dignidade da Pessoa Humana e a Função Social da Propriedade como Bases de Compreensão das Regras de Impenhorabilidade do Código de Processo Civil de 2015.....</b>	<b>627</b>
<i>Rodrigo Mazzei</i>	
<i>Sarah Merçon-Vargas</i>	
1. O ADVENTO DE UM NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	627
2. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL E PENHORA: MATRIZ CONSTITUCIONAL, DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL.....	628
3. IMPENHORABILIDADE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	630
4. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA IMPENHORABILIDADE.....	631
5. AS HIPÓTESES DE IMPENHORABILIDADE PREVISTAS NO CPC/15 .....	631
6. RESTRIÇÃO ÀS HIPÓTESES DE IMPENHORABILIDADE .....	638
7. IMPENHORABILIDADE E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	639
8. A INEXISTÊNCIA DE QUANTIFICAÇÃO EXPRESSA PARA A VERBA ALIMENTAR: UM DOGMA A SER SUPERADO. ....	640
9. IMPENHORABILIDADE RELATIVA.....	642
10. BREVE CONCLUSÃO .....	643
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	644
<b>Capítulo 9 ► O Novo Código de Processo Civil, a efetividade do processo e alguns aspectos da penhora de percentual de faturamento da empresa devedora na execução por quantia certa .....</b>	<b>647</b>
<i>Elias Marques de Medeiros Neto</i>	

<b>Capítulo 10 ► Alienação por Preço vil no Novo Código de Processo Civil .....</b>	<b>669</b>
<i>Felipe Scalabrin</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	669
2. ESQUEMA GERAL DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	671
3. O PREÇO VIL É DEFINIDO PELO PREÇO MÍNIMO DA OFERTA.....	674
3.1. REINTERPRETAÇÃO DO PROBLEMA.....	674
3.2. MOMENTO PARA DEFINIÇÃO .....	675
3.3. FIXAÇÃO OPE LEGIS .....	675
3.4. FIXAÇÃO OPE JUDICIS .....	676
3.5. CONTROLE DA ALIENAÇÃO POR PREÇO VIL.....	679
4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS .....	680
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	681

## PARTE V EXECUÇÃO E INSOLVÊNCIA

<b>Capítulo 1 ► Insolvência Civil e o CPC-2015.....</b>	<b>687</b>
<i>Gustavo Henrique Trajano de Azevedo</i>	
1. VIGÊNCIA DA AÇÃO DE INSOLVÊNCIA CIVIL PELO CPC-1973.....	687
2. BREVÍSSIMO PANORAMA DA AÇÃO DE INSOLVÊNCIA CIVIL.....	689
3. DOS EFEITOS DA INSOLVÊNCIA CIVIL .....	694
4. APLICAÇÃO DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA PARTE <b>GERAL</b> DO CPC-2015 .....	702
5. SISTEMA RECURSAL DO CPC-2015 E APLICAÇÃO À AÇÃO DE INSOLVÊNCIA CIVIL .....	705
6. CONCLUSÕES .....	708
7. REFERÊNCIAS .....	708
 <b>Capítulo 2 ► Da Execução por quantia Certa Contra Devedor Insolvente.....</b>	 <b>711</b>
<i>Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Júnior</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	711
2. DAS HIPÓTESES SUBMETIDAS AO RITO DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE.....	712
3. NOÇÃO DE INSOLVÊNCIA CIVIL (ARTS. 748 A 750, CPC-73).....	713

## SUMÁRIO

4. DOS EFEITOS DECRETAÇÃO DE INSOLVÊNCIA (ARTS. 751 E 752, CPC-73) .....	714
5. DAQUELES QUE PODEM REQUERER A DECRETAÇÃO DE INSOLVÊNCIA (753, CPC-73) .....	715
6. DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO CREDOR (ARTS. 754 A 758, CPC-73) .....	715
6.1. DA COMPETÊNCIA .....	716
6.2. DOS EMBARGOS .....	716
6.3. DA DECISÃO DOS EMBARGOS .....	717
6.4. DO RECURSO CABÍVEL DA DECISÃO SOBRE A (IN)SOLVÊNCIA .....	717
7. DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO DEVEDOR OU PELO SEU ESPÓLIO (ARTS. 759 E 760, CPC-73)....	718
8. DA DECRETAÇÃO JUDICIAL DA INSOLVÊNCIA (ARTS. 761 E 762, CPC-73).....	718
9. DA NOMEAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR (ARTS. 763 A 767, CPC-73) .....	720
10. DA VERIFICAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS (ARTS. 768 A 773, CPC-73).....	721
11. DO SALDO DEVEDOR (ARTS. 774 A 776, CPC-73) .....	722
12. DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (ARTS. 777 A 782, CPC-73) .....	722
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 783 A 786-A, CPC-73) .....	724
14. DO DIREITO INTERTEMPORAL.....	724

## PARTE VI A DEFESA NA EXECUÇÃO

<b>Capítulo 1 ► Objeção e Exceção de não Executividade .....</b>	<b>729</b>
<i>Bruno Garcia Redondo</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	729
2. HISTÓRICO.....	729
3. NOMENCLATURA E NATUREZA JURÍDICA.....	733
4. REGULAMENTAÇÃO LEGAL .....	737
5. FORMA .....	737
6. LEGITIMIDADE PARA APRESENTAÇÃO .....	738
6.1. DÍVIDA (SCHULD) E RESPONSABILIDADE (HAFTUNG).....	738
6.2. LEGITIMIDADE DOS RESPONSÁVEIS PRIMÁRIOS.....	739
6.3. LEGITIMIDADE DOS INDICADOS NO ART. 779 DO CPC/2015: RESPONSÁVEIS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS.....	739
6.4. LEGITIMIDADE DOS RESPONSÁVEIS SECUNDÁRIOS.....	739

6.5. LEGITIMIDADE DO CURADOR ESPECIAL .....	742
6.6. ILEGITIMIDADE DO EXEQUENTE.....	742
7. LEGITIMIDADE “PASSIVA” .....	743
8. COMPETÊNCIA.....	743
9. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO .....	743
10. EFEITOS.....	746
11. PRESSUPOSTO DE CABIMENTO: PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA ALEGAÇÃO .....	747
12. MATÉRIAS ALEGÁVEIS .....	748
12.1. COGNIÇÃO AMPLA OU LIMITADA, VARIANDO CONFORME A NATUREZA DO TÍTULO EXECUTIVO .....	748
12.2. MATÉRIAS CABÍVEIS EM OBJEÇÃO OU EXCEÇÃO .....	749
13. PRECLUSÃO DA MATÉRIA DEFENSIVA (INCLUSIVE A RELACIONADA AO INTERESSE PÚBLICO) DECIDIDA .....	750
14. PROCEDIMENTO .....	751
15. NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO, RECURSO CABÍVEL E SUCUMBÊNCIA .....	752
16. COMPATIBILIDADE DA OBJEÇÃO E DA EXCEÇÃO COM AS EXECUÇÕES DE TÍTULOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS.....	753
<b>Capítulo 2 ► Penhora Eletrônica de Ativos Financeiros no NCPC e Defesa do Executado – a Mini Impugnação do § 3º do Art. 854 Do CPC .....</b>	<b>757</b>
<i>Marcelo Abelha Rodrigues</i>	
1. LOCALIZAÇÃO DO DISPOSITIVO .....	759
2. REQUERIMENTO DO EXEQUENTE.....	759
3. SEM DAR CIÊNCIA PREVIA DO ATO AO EXECUTADO.....	760
4. APREENSÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E PENHORA.....	760
5. DETERMINAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE .....	761
6. INDISPONIBILIZAÇÃO EXCESSIVA CANCELADA DE OFÍCIO .....	761
7. INTIMAÇÃO DA APREENSÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS .....	761
8. O MOMENTO DA PENHORA .....	761
9. TERMO DE PENHORA .....	762
10. A MINI IMPUGNAÇÃO DO ARTIGO 854, § 3º .....	762
11. INDISPONIBILIDADE EXCESSIVA X EXCESSO DE EXECUÇÃO .....	762
12. IMPENHORABILIDADE .....	763



13. PRAZO PARA EMBARGAR E IMPUGNAR À EXECUÇÃO E PRAZO PARA IMPUGNAR O ATO DE APREENSÃO.....	763
14. PRECLUSÃO DA IMPUGNAÇÃO E ALEGAÇÃO DA MESMA MATÉRIA EM OPOSIÇÃO (EMBARGOS OU IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO).....	764
15. APREENSÃO, PENHORA E PRAZO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO .....	764
16. CANCELAMENTO DA APREENSÃO INDEVIDA (INDISPONIBILIDADE EXCESSIVA OU QUANTIA IMPENHORÁVEL) E RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.....	764
17. PENHORA DE FATURAMENTO DE EMPRESA.....	765
18. PENHORA DE DINHEIRO E PARTIDOS POLÍTICOS .....	765
19. BIBLIOGRAFIA.....	766